

LUGAR E PODER SIMBÓLICO EM *RIACHO DOCE*

## Introdução

Este trabalho fundamenta-se em leituras e discussões sobre o tema “cultura e política”, destacando aportes teóricos relacionados ao conceito de *lugar* e às categorias cultura e poder, através de um estudo interpretativo do romance *Riacho Doce*, escrito pelo paraibano José Lins do Rego e publicado no ano de 1939.

Trata-se de uma ficção literária de abordagem regional-modernista, cuja trama tem como eixo principal um encontro tensivo de alteridades num povoado que o autor nomeou de *Riacho Doce*. O “cenário” é uma vila de pescadores da região litorânea do estado de Alagoas (Nordeste do Brasil), onde o cotidiano das famílias de jangadeiros que ali vivem sofrerá diferentes “perturbações”, de ordem ecológica e moral, conseqüentes da tentativa de exploração de petróleo no local, empreendida por estrangeiros.

Focado nesse ambiente, o romance direciona atenção especial aos problemas da cultura, num enredo em que as categorias “próximo” e “distante” (AUGÉ, 2003: 13-42) são tratadas no plano social, embora tornadas mais expressivas a partir das subjetividades de duas personagens centrais, *Nô* e *Edna*, que estarão constantemente coagidas, sob pressão das

normas sociais.

*Nô* é filho de pescador e neto de *Sinhá Aninha*, a velha guardiã da moral do lugar, aquela que tem as chaves da igreja, que detém poderes de cura e de maldição, sua principal fonte de “poder simbólico” (BOURDIEU, 1989: 07-16). *Edna* é uma sueca, casada com um engenheiro que com ela mudou-se de Estocolmo (Suécia) para o Brasil, com fins de tornar-se rico, aproveitando a situação para oferecer novos ares à esposa, que vivia desanimada e sem motivação, como o era em sua terra natal, no campo. *Edna* e *Nô* viverão um relacionamento amoroso que

terá desdobramentos tempestivos sobre o cotidiano de *Riacho Doce* e dos forasteiros ali situados.

Ressalto que neste artigo não pretendo seguir o propósito da crítica literária, nem haveria competência para tal tarefa em meu saber, se fosse este o caso. A perspectiva sob a qual trabalho nesta leitura de *Riacho Doce* delinea-se, em parte, no sentido de ilustrar e refletir sobre os conceitos de *habitus* e poder simbólico, teorizados pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1989; 2004). O cotidiano “imaginado” por José Lins do Rego em *Riacho Doce* é cenário de um fenômeno interessante: quando os moradores da pequena vila de pescadores são postos em face da alteridade dos estrangeiros então “inseridos” em sua

ANTÔNIO GEORGE LOPES PAULINO\*

## RESUMO

O artigo apresenta reflexões sobre os conceitos de lugar e poder simbólico, através de uma leitura interpretativa do romance *Riacho Doce*, de José Lins do Rego, em cujo enredo é possível identificar ilustrações acerca dos referidos conceitos, e manifestações mitológicas de interesse para uma abordagem centrada na temática cultura e política.

**Palavras-chave:** lugar, poder simbólico, cultura e política.

## ABSTRACT

The paper reflects on the concepts of place and symbolic power, through an interpretive study of the novel *Riacho Doce*, by José Lins do Rego, on whose story you can identify illustrations about those concepts, and mythological events of interest to an approach theme in culture and politics.

**Keywords:** place, symbolic power, culture and politics.

\* Doutor em Sociologia. Professor da Universidade Federal do Ceará.

rotina, a suspeita em relação ao perigo representado pela presença do estranho desencadeia atitudes de proteção à ordem interna por meio de uma vigilância que não se faz, em princípio, diretamente sobre o outro, mas entre aqueles que são “de dentro”, haja vista a ocorrência de atitudes não somente de estranhamento, mas também de encantamento, de admiração e, até certo ponto, de simpatia pelo mundo dos “de fora”.

Assim, configura-se a hipótese de que a singularidade de uma cultura não anula as tensões da diferença, que se manifestam, ainda que de forma tácita, também internamente. Do contrário, não haveria função para as sanções sociais que se fazem presentes mesmo em ambientes relativamente homogêneos, a exemplo das chamadas sociedades de pequena escala. É neste sentido que em *Riacho Doce* a personagem *Sinhá Aninha* dá força e movimento a diferentes estruturas mitológicas e a ritos de demarcação da ordem sociocultural do lugar, afirmando valores e atitudes animados por um capital simbólico de violenta eficácia (BOURDIEU, 2003: 70).

Em face dessas considerações iniciais, ressalto o objetivo de buscar compreender essa espécie de política do cotidiano ou esse “campo do poder” (BOURDIEU, 2004: 35-52) desenhado na narrativa de José Lins do Rego. A idéia de fazer um estudo interpretativo de uma criação literária através do enfoque antropológico não traz aqui o propósito de transpor conceitos das ciências sociais para explicar uma trama fictícia. Não obstante a premissa de resguardar as categorias de pensamento e expressão do próprio autor José Lins do Rego, a leitura de *Riacho Doce* representa aqui uma oportunidade fecunda para pensar sua trama a partir de diferentes aportes teóricos pertinentes ao estudo das categorias cultura e poder.

Assim, para compreender o que aqui chamo de “política do cotidiano” que se pode “observar” nas

relações vivenciadas pelas personagens de *Riacho Doce*, contextualizando suas visões de mundo, seus saberes e suas práticas, o presente artigo busca suporte não somente em Bourdieu<sup>1</sup>, mas também em outras fontes, dentre as quais destaco: o pensamento de Clifford Geertz (2003: 111-141); as abordagens referentes aos conceitos de espaço e lugar em Michel de Certeau (2003) e Marc Augé (2003) e a discussão sobre mitos e narrativas mitológicas do poder, em Raoul Girardet (1987).

Apresentam também significativa pertinência para este trabalho, as idéias de Gilberto Velho acerca dos processos de “negociação da realidade” (VELHO, 2003: 31-48) vivenciados quando, num dado contexto, surgem “projetos” individuais (ou grupais) capazes de mobilizar uma “metamorfose” no sujeito/indivíduo e no seio de um grupo social. Aqui Gilberto Velho apóia-se na filosofia da ação segundo Alfred Schutz<sup>2</sup>, em que a noção de “projeto” é concebida como a “conduta organizada para atingir finalidades específicas” (*Apud* VELHO, 2003: 40). Embora na obra de Gilberto Velho esse modo de pensar se aplique mais ao ambiente das sociedades de larga escala, pensar a realidade social como um “campo de possibilidades” (2003: 46) é um exercício também válido para explicar as sociedades de pequena escala e, neste caso, para a leitura de *Riacho Doce*.

Compreender que a realidade social constrói-se num campo de possibilidades e que o real é, de certo modo, negociável, leva a crer que a tensão vivenciada com a alteração da rotina no cotidiano das personagens de *Riacho Doce* configura um quadro onde a violência simbólica se impõe de forma predominante, mas não sem sofrer desafios, demandando, em dadas situações, argumentações verbais ou por meio de outras atitudes, no sentido de “negociar” a aceitação de um *habitus* que se instituiu num determinado lugar

social ou “campo do poder” (BOURDIEU, 2004: 35-52), mas que se encontra em tensão quando entra em contato com o universo simbólico e prático do estrangeiro.

Em sua complexidade e riqueza, a construção narrativa de *Riacho Doce* constitui o que eu aqui denominaria “etnografia fictícia”, se fosse possível essa proposição terminológica. O romance em foco muito se aproxima de uma descrição antropológica da realidade de um Nordeste interiorano, pensado sob o imaginário da equação tradicional-moderno, como ilustração de visões de mundo e interesses que se manifestam em relações sociais estruturalmente antagônicas, mas que se concretizam por distâncias e aproximações.

Neste sentido, *Riacho Doce* afina-se com a linha discursiva e prática do modernismo regional que se constitui como campo específico no âmbito da literatura brasileira, apresentando características de um “ensaio social” com claras inspirações etnográficas. Teço esta afirmação em face da riqueza de detalhes presentes nas narrações do autor, segundo as quais é dado a “conhecer” um *Riacho Doce* densamente descrito (GEERTZ, 1989): um espaço social “percebido” em seu tempo e ritmo de vida cotidiana, com o modo de pensar e de ser de seus moradores, suas relações sociais, o trabalho no mar e na terra, as festas, os símbolos, os medos e as superstições, as necessidades e os recursos materiais.

### Literatura e interpretação da realidade social

A leitura de *Riacho Doce* proposta neste artigo move-se também pela crítica à equivocada forma de se perceber a arte como objeto de uma espécie de prazer pelo “essencial”, herança de uma tradição formalista que concebe a obra de arte como obra que existe

por si mesma, por sua suposta “essência” de ser arte pela arte.

Na conferência intitulada “Por uma ciência das obras”, Bourdieu (2004: 53-89) sinaliza a necessidade de busca de equilíbrio quanto ao esforço por superar uma visão essencialista, sem que se incorra no risco de desenvolver uma abordagem também marcada pelo reducionismo, como seria o caso da redução interpretativa de uma obra ao seu contexto temporal e histórico.

Influenciado, em parte, pela filosofia da linguagem e da ação de Wittgenstein, Bourdieu (2004: 60) aplica a teoria do campo ao que denomina “microcosmo literário”, defendendo um “modo de pensar relacional” sobre o espaço social dos produtores de obras literárias. Nessa direção, define o “microcosmo literário” como

[...] um espaço de relações objetivas entre posições – a do artista consagrado e a do artista maldito, por exemplo – e não podemos compreender o que ocorre a não ser que situemos cada agente ou cada instituição em suas relações objetivas com todos os outros. É no horizonte particular dessas relações de força específicas [...] que se engendram as estratégias dos produtores, a forma de arte que defendem, as alianças que estabelecem, as escolas que fundam, e isso por meio dos interesses específicos que são aí determinados (BOURDIEU, 2004: 60-61).

Observando esta definição proposta por Bourdieu, busco também neste trabalho reconhecer o valor devido ao campo literário como forma de enobrecimento do espírito humano, veículo de percepção do belo e instrumento de compreensão da realidade social. Em muitos casos, a riqueza de detalhes que um romance pode fornecer sobre o comportamento

social em diferentes contextos e épocas, em nada deixa a desejar em relação a determinados textos de produção acadêmica das ciências sociais. Ressalto aqui, no entanto, a importância do rigor metodológico que deve orientar o conhecimento empiricamente testado, exigência da qual a literatura encontra-se relativamente livre, em virtude da “lógica trans-histórica” (BOURDIEU, 2004: 72) e da construção predominantemente semântica que caracteriza e eterniza uma obra artística.

Atentando para estas considerações e para a memória do processo histórico vivenciado pela literatura brasileira, cumpre reconhecer o papel deste campo do saber que se instituiu como a primeira fonte de registro e interpretação da realidade social no Brasil. Em *História concisa da literatura brasileira*, Alfredo Bosi (1998) assinala a importância deste campo de produção artística também qualificado como instrumento de apreensão estética da realidade, em que se observa, desde os mais remotos registros que antecedem a criação literária propriamente dita no Brasil, o interesse investido no propósito de retratar as características de um lugar que se constituiria como nação, à sombra da colonização e seus efeitos.

Em relação ao referido processo histórico, é interessante observar o movimento das tendências e escolas de produção que caracterizam a literatura brasileira. Nesse contexto, a passagem do Romantismo para o Realismo e deste para o Modernismo<sup>3</sup> revela um percurso em que as alusões ao cenário econômico e social do Brasil elaboram-se, inicialmente, em visões romanescas e heróicas de cunho indianista, que serão substituídas por equivocadas interpretações evolucionistas a respeito da interação homem-ambiente e das relações de miscigenação, sendo que essas “leituras” também serão superadas quando se fortalece, nas primeiras décadas do século XX, a crítica às teorias

raciais e ganha importância o conceito de cultura nos ensaios sobre os processos de formação e desenvolvimento da sociedade brasileira.<sup>4</sup>

A perspectiva da leitura social e cultural representou neste período uma das preocupações trabalhadas no âmbito do movimento modernista, que eclodiu oficialmente com a Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo, em 1922. Trata-se de um movimento por uma nova estética e expressão para a arte nacional, aberto ao processamento “antropofágico” das tendências de vanguarda vindas da Europa (surrealismo, futurismo, cubismo, dadaísmo) e buscando ares de modernidade que se opunham aos códigos ainda ressoantes do Simbolismo. O Modernismo promoverá uma espécie de “revolução” na literatura e na arte nacional, com claros rebatimentos sobre as idéias de intelectuais preocupados em explicar as particularidades históricas da sociedade brasileira.

Esta referência à literatura como fonte de ilustração da realidade nacional não negligencia o papel histórico das ciências sociais no campo da produção de teorias explicativas do Brasil. A proximidade entre os dois campos do saber é percebida pelo antropólogo Renato Ortiz, que destaca os nomes de Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha como precursores das ciências sociais neste país.

[...] o estatuto de precursor revela a posição desses autores que na virada do século se dedicaram ao estudo concreto da sociedade brasileira, seja analisando suas manifestações literárias, seja considerando as tradições africanas ou os movimentos messiânicos (ORTIZ, 1994: 14).

Todavia, o autor citado ressalta a implausibilidade das teses defendidas por esses pioneiros, sobretudo pela vinculação que o discurso “científico” por eles proferido mantinha com tendências que, à época,

já se encontravam em processo de revisão crítica na Europa, a saber, “o positivismo de Comte, o darwinismo social, o evolucionismo de Spencer” (ORTIZ, 1994: 14).

Sob tal influência, aqueles pensadores mobilizaram um pensamento que apresenta dois pontos específicos. Por um lado, rompendo com a hegemonia do Romantismo, reconhece a presença das populações africanas em nossa história; por outro lado, mantendo-se fiel aos preconceitos evolucionistas, busca entender a problemática da formação da sociedade brasileira através de construções deterministas, elaboradas em torno de duas categorias: ambiente e raça.

A problemática racial foi, então, tomada como eixo de uma discussão acerca do “atraso” econômico e social do Brasil em relação às nações ditas modernas, sendo que as condições climáticas e a miscigenação foram alvo de interpretações negativas e deterministas a respeito das possibilidades de desenvolvimento do povo brasileiro. Vários outros autores estiveram afinados com essa forma determinista de pensar a sociedade brasileira; dentre eles, destacam-se: o sergipano Tobias Barreto e o cearense Capistrano de Abreu.

Na contraposição dos determinismos biológico e geográfico, Gilberto Freyre, natural de Pernambuco, destaca-se como figura de função crucial, haja vista que sua discussão sobre os conceitos de raça e cultura, inspirada no antropólogo Franz Boas, ampliou os horizontes para a compreensão da sociedade brasileira.<sup>5</sup> Mas antes de Gilberto Freyre já se observa uma tentativa de ruptura com as teses evolucionistas predominantes no Brasil, a saber, nas idéias do sergipano Manuel Bonfim:

Manuel Bonfim se insere no interior dos grandes marcos que delimitam as fronteiras do pensamento da época – Comte,

Darwin, Spencer. No entanto, sua interpretação desses autores é sui generis e se opõe às combinações brasileiras que absorvem o evolucionismo aos parâmetros da raça e do meio (ORTIZ, 1994: 22).

Assim, o ambiente intelectual no Brasil estava mais favorável e receptivo às teses defendidas por Gilberto Freyre que, ao publicar *Casa Grande e Senzala* (FREYRE, 2001), não apenas deslocou o eixo reducionista da discussão sobre raça e mestiçagem como também realçou elementos de positividade da miscigenação, que foram ideologicamente apropriados pelo discurso nacionalista.

A obra de José Lins do Rego, na qual se inclui o romance *Riacho Doce*, de interesse central neste artigo, recebeu influências do pensamento de Gilberto Freyre. Como partidários do movimento modernista, ambos se afiliaram ao modernismo de cunho regional, em que também se encontram, por exemplo, na produção da literatura social nordestina da época (décadas de 1920, 30, 40...), os nomes de José Américo de Almeida, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos e Jorge Amado.

José Lins do Rego nasceu em Pilar, estado da Paraíba, onde passou a infância, no Engenho Corredor, pertencente ao avô materno. Estudou Direito no Recife, quando se aproximou de intelectuais que impulsionaram o movimento modernista-regionalista do Nordeste: José Américo de Almeida, Olívio Montenegro e, principalmente, Gilberto Freyre. Deste, recebeu incentivo para dedicar-se a uma arte atenta às raízes locais. Conheceu depois, em Maceió-AL, Jorge de Lima e Graciliano Ramos. Tornou-se também amigo de Rachel de Queiroz, Aurélio Buarque de Holanda e Valdemar Cavalcanti, dentre outros. A partir de 1935, no Rio de Janeiro,

“participou ativamente da vida literária defendendo com vigor polêmico o tipo de escritor voltado para a região de onde proveio” (BOSI, 1998: 397).

A região de cultivo da cana-de-açúcar na Paraíba e em Pernambuco, em período de transição para a usina, encontrou notável expressão literária no ciclo da cana-de-açúcar, parte da obra de José Lins do Rego. A consciência crítica do autor o fez também sensível ao processo de transformação de um Brasil rural num país em processo de urbanização e industrialização.<sup>6</sup> Nesse contexto, a “idade de ouro” dos engenhos nordestinos ficou para trás e consolidou-se a ascensão do eixo Sul-Sudeste como centro hegemônico da economia do país. Todavia, o Nordeste seria alvo do interesse por outras formas de exploração da terra e do homem, uma delas percebida por Lins do Rego em Riacho Doce, onde “[...] nos dá a sua visão possante dos desequilíbrios sociais e dos dramas humanos individuais e coletivos, provocados pelo problema do petróleo em Alagoas. [...]”<sup>7</sup>

As raízes da chamada “literatura nordestina” já teriam surgido através do cearense Franklin Távora, com *O Cabeleira* (1876). No entanto, o escritor não cumpriu, com esse “modesto” romance, “as promessas de uma literatura nordestina que precisou esperar pelo talento de um Oliveira Paiva, de um José Lins do Rego e de um Graciliano Ramos, para firmar-se como admirável realidade” (BOSI, 1998: 146).

Conforme esquema elaborado por Lucien Goldmann (1968, apud BOSI, 1998) em *Sociologia do Romance*, a explicação do romance moderno deve levar em conta sua relação com a totalidade social. Nesse sentido, José Lins do Rego, nos romances *Usina* e *Fogo Morto*, inclui-se na tendência de “tensão crítica”, em que “o herói opõe-se e resiste agonicamente às pressões da natureza e do meio social, formule ou não em ideologias explícitas, o seu mal-estar permanente”

(BOSI, 1998: 392).

Segundo Faraco & Moura (1987: 162), o próprio José Lins do Rego situou seu trabalho de ficção em distintas categorias, tendo, de forma predominante, a zona açucareira do Nordeste como cenário, num processo criativo que “testemunha a decadência de uma estrutura tradicional como resultado de uma nova ordem econômica”. Assim, a obra do autor divide-se nas seguintes fases: a) ciclo da cana-de-açúcar, com os livros *Menino de Engenho* (1932), *Doidinho* (1933), *Bangüê* (1934), escritos em Alagoas, *Fogo Morto* (1934) e *Usina* (1936); b) ciclo do cangaço, misticismo e seca: *Pedra Bonita* (1938) e *Cangaceiros* (1953); c) obras independentes: *O moleque Ricardo* (1935), *Pureza* (1937) e *Riacho Doce* (1939) – com influência dos dois ciclos.

Na obra de ficção de Lins do Rego ressalta-se uma característica compartilhada com os demais modernistas regionais e com o pensamento social defendido por Gilberto Freyre: a oposição aos determinismos biológico e geográfico, em favor de uma leitura crítica da realidade, contextualizando relações de mando e de poder como forças reprodutoras de desigualdades sociais cuja origem não estaria na miscigenação, mas numa ordem econômica e social historicamente instituída sob a lógica da exclusão e da inclusão perversa.

Nas leituras que fiz de *Riacho Doce*, encontrei o prazer de apreciar uma narrativa cuja linguagem representa o recurso privilegiado através do qual Lins do Rego construiu seqüências espaciais e temporais, relacionando personagens e desenvolvendo situações que compõem um enredo complexo, com seus pontos altos ou principais focados em questões morais e ecológicas, que são permanentemente realçadas com referências a práticas cotidianas de trabalho, costumes, manifestações da cultura popular e do folclore,

festejos, crenças e mitos mobilizados na compreensão do mundo natural e social de um lugar cuja descrição revela-o como “paradisiaco” – paradoxalmente, um “paraíso em tensão”. É sobre esse lugar, o Riacho Doce, que escrevo a seguir.

### ***Riacho Doce: um lugar e suas tramas sociais***

Quando anunciei atrás que em Riacho Doce José Lins do Rego cria detalhes descritivos de um “realismo” tão convincente que, não fosse o signo da ficção, diria que sua narrativa se iguala a descrições etnográficas, já estava antecipando um pouco da complexidade do enredo tecido pelo autor. Na verdade, a narração não começa falando sobre o ambiente de Riacho Doce e, sim, sobre a Suécia, onde o texto se desenrola desde a infância até a partida de Edna para o Brasil; Edna, uma das personagens centrais do enredo.

A leitura da Parte I do romance deixa clara essa sensibilidade “etnográfica” de Lins do Rego, como se pode interpretar através das palavras de Mário de Andrade:

É a tal e documentalíssima “cor local” que fez Lins do Rego nos dar uma Suécia cautelosa, sem grande interesse enquanto Suécia, mas não menos plausível que o México de Aldous Huxley, que no entanto esteve no México. O romance não pode, como permanência do seu conceito, fugir à cor do local, ao valor de qualquer forma documental. [...] (ANDRADE, 1955: 137-141).

É ainda em referência ao contexto da Suécia – através de um trecho memorial, antes de adentrar o ambiente paradisiaco e imaginário de Riacho Doce – que Lins do Rego ilustra uma evidente noção de pertencimento a um lugar social ou, no caso de Edna,

um sentimento de negação desse mesmo lugar; um desejo de fuga da ordem social que o constitui como mais que um espaço geográfico físico. Edna não gostava do seu lugar de origem. Viveu uma infância povoada pelo sonho de conhecer a vida de povos de outras terras, onde houvesse sol, calor e gente de cor morena e cabelos escuros; tudo diferente da frieza representada pela terra de invernos pesados onde morava e pelo ambiente familiar que a cercava. Assim, Edna logo concordou com a decisão do marido de mudar-se para o Brasil, desejando que também ele se distanciasse do seu povo:

Ficar na terra era se limitar, continuar uma tradição de vida miúda, ser o que tinham sido seus avós, continuar, continuar, sem que houvesse horizontes, perspectivas de ir além dos outros. Era melhor aceitar o convite. Havia muito longe uma terra que se fazia, ainda, um mundo novo precisando de gente de sangue vivo, de energia capaz. Viria para essa terra, seria dessa terra. Tudo devia-se quebrar entre ele e os seus. Porque eles vinham nascer outra vez. Uma alma nova devia substituir velhas concepções, hábitos antigos se perderiam. [...] (REGO, 1990: 05).

Na infância, Edna, que na verdade chamava-se Eduarda, foi crescendo junto aos irmãos Guilherme e Sigrid num lugar com características de região camponesa – talvez próximo a Estocolmo, segundo as descrições fornecidas por Lins do Rego –, sob o teto de seus pais, mas sob a ordem severa imposta por sua avó Elba, uma velha senhora com ares de matriarca, detentora de poderoso “capital simbólico” (BOURDIEU, 2004: 107), que professava fé protestante e impunha um modo para o ser das coisas, inclusive sobre os pais de Edna:

A velha avó, era ela que mandava na família inteira. Era ela que fazia seu pai tímido como menino e inspirava medo à sua mãe. Todos sabiam que a velha Elba conhecia de coisas, mais que todo mundo: manobrava sua tribo como dona de tudo, senhora absoluta. Alta, gorda, perto dela se falava baixo. Os meninos e os grandes não faziam diferença. Lá estaria ela exercendo seu poder, despótica, sem uma ternura, sem um agrado. Olhos que nunca se umedeceram de alegria, mãos que ninguém nunca viu afagar (REGO, 1990: 06).

Edna era uma menina de apenas dez anos de idade, quando se encantou por sua querida professora, Ester, uma moça de cabelos pretos, longos, como os da boneca pertencente à amiga Norma. Ester e a boneca representavam o impossível, o mundo lá de fora com o qual Edna sonhava em imaginação, em desprezo por seu mundo:

O que ela achava bonito até ali, eram as coisas que estavam distantes, que eram de outros mundos: os vestidos, as carruagens, os príncipes, as princesas dos contos, era o mar, as estrelas do céu, era a boneca de sua amiga Norma. Uma boneca que as meninas todas amavam como um impossível e que o pai de Norma trouxera de um país distante, numa de suas viagens de embarcação. Bela boneca de cabelos pretos como os de Ester. [...] (REGO, 1990: 07).

Edna nauseava-se com a tarefa diária de trabalho que lhe cabia: dar comida aos porcos. É como se, no quadro de um pesadelo, se somassem os porcos, a velha Elba, a timidez e a covardia de seu pai, a submissão de sua mãe, a monotonia de sua terra fria e invernal, sem sol. Ester representava, então, uma possibilidade de proporcionar à Edna o conhecimento

sobre algo diferente. Queria viver a alegria de ter o afeto, a atenção da mestra que já se tornara querida. Tanto que, durante as férias, na ausência de Ester, Edna planeja e executa o rapto da boneca de Norma, fato do qual será acusada e que, embora não o tenha confessado, despertará a atenção da avó Elba, a qual não vê com agrado a amizade entre a neta e a professora. Não obstante, a família acostuma-se com essa relação. Edna, agora com quinze anos, crescera, aprendera tudo o que Ester sabia, ganhara gosto pela música erudita, conhecera Estocolmo em viagem realizada com a amiga. Mas para a avó Elba, a viagem representou um excesso:

Há muito que vinha prevenindo o filho, abrindo os olhos de todos. Aquela professora não podia merecer a confiança que lhe davam. Não ia ao culto, ninguém sabia de sua religião, de seus princípios, e tinha outro sangue. No entanto, a menina vivia na casa dela, dormia lá, era uma rebelada contra a família (REGO, 1990: 36-37).

Uma série de fatos morais, com força de coercitividade, como diria Durkheim (1987; 1995), ou com intensa “eficácia simbólica”, como diria Bourdieu (2003: 70), incidirá sobre o “eu” de Edna: as pessoas do lugar mobilizaram falatórios sobre ela e a professora<sup>8</sup>, o pastor falara dela e exigira posicionamento de sua família; a avó cada vez mais decidida a afastá-la da escola, o pai aceitando a decisão. Atordoada, Edna saiu andando pela estrada, indo parar na casa da professora, onde esta não se encontrava. Edna achou uma carta remetida a Ester, por Roberto, um afeto de sua mestra, que na missiva declarava seu amor e narrava lembranças. Tudo isso se avolumou em Edna, desencadeando uma tentativa malograda de suicídio, da qual a personagem escapou muito debilitada.

A família e a comunidade atribuíram o ocorrido



à influência da professora sobre a adolescente. A mestra foi expulsa da escola. E Edna, após longo período de cinco anos como enferma, levantou-se com grande vontade de viver, em plena primavera. Tinha vinte anos quando, ainda remoendo arrependimento pelo que fizera – e por ter causado conseqüências para sua mestra –, recebeu uma carta de Ester e desde então deixou de sentir-se culpada, voltando, entretanto, a sofrer com o tédio do lugar, com a rotina. Sua “salvação” será o casamento com o engenheiro Carlos, a contragosto da velha Elba, pelo fato de o rapaz pertencer a uma família de católicos e, igualmente, contra a vontade dos pais de Carlos, que não queriam ver o filho casar-se com uma camponesa, ainda por cima, de fé protestante. Edna não amava Carlos, mas se apegou a ele como meio de fuga do seu mundo. Fez sua escolha e submeteu-se ao batismo católico para ser aceita na família de Carlos.

Casados, foram morar em Estocolmo e logo se mudaram para o Brasil, para *Riacho Doce*, que na imaginação de Lins do Rego, situa-se em Alagoas. Havia uma finalidade dupla na viagem do casal: *Carlos* queria encontrar as riquezas do petróleo e para *Edna* oferecia os ares de uma nova terra, cheia de luz, para que a esposa encontrasse na natureza e no convívio com outro mundo, uma nova razão que fortalecesse sua vontade de viver. Deste ponto em diante, serão vivenciados, de forma ainda mais tensa, os conflitos do poder simbólico (BOURDIEU, 1989) e se exacerbarão os ânimos demarcadores do lugar como espaço social regulamentado por uma ordem simbólica e prática, tal como narra a parte II do romance, também intitulada *Riacho Doce*.

Sobre o que já resumi até aqui a respeito da trama de *Riacho Doce* é possível fazer uma reflexão teórica, de cunho ilustrativo, acerca de algumas contribuições citadas na introdução deste artigo, iniciando pela

noção de lugar, categoria que se relaciona também às noções de espaço social, região, fronteira e território. Observando a tipologia proposta por Girardet (1987), já é possível falar também sobre algumas estruturas mitológicas subjacentes a situações vivenciadas por *Edna*, *Ester* e *Carlos*, no contexto sueco.

Início assumindo o risco de referenciar um pensamento que Michel de Certeau aplica ao ambiente de uma sociedade de larga escala, pois no caso do presente trabalho volto-me para uma sociedade fictícia, que muito se aproxima de uma sociedade de pequena escala. Ao referir-se às “táticas do consumo”, o autor propõe uma “análise polemológica da cultura” (CERTEAU, 2003: 37-53), exatamente por perceber a estabilidade da cultura como uma espécie de contrato a ser permanentemente renovado:

[...] a cultura articula conflitos e volta e meia legítima, desloca ou controla a razão do mais forte. Ela se desenvolve no elemento de tensões, e muitas vezes de violências, a quem fornece equilíbrios, contratos de compatibilidade e compromissos mais ou menos temporários. As táticas do consumo, engenhosidades do fraco para tirar partido do forte, vão desembocar então em uma politização das práticas cotidianas (CERTEAU, 2003: 44-45).

No que concerne à contextualização da trama de *Riacho Doce*, o caráter “polemológico” da cultura manifesta-se na trajetória inicial de *Edna*, que embora parecendo fraca em virtude da tentativa de suicídio, por várias vezes agiu contra a ordem estabelecida pela família e pela religião: quando roubou a boneca de *Norma*, quando viajou com *Ester*, quando dormiu na casa da mestra a contragosto da *avó Elba* e ainda, quando se casou com *Carlos*, que para a *velha Elba* era um herege. Exagerando na aplicação de Michel de

Certeau, diria que *Edna*, no que lhe foi possível, mobilizou suas *táticas*.

A noção de tática também se relaciona aos conceitos de “espaço” e “lugar”, segundo Certeau (2003: 199-217). Para o autor, o lugar determina-se por um sinal de estabilidade, sendo uma ordem em que se impõe uma lei fundada no sentido do “próprio”:

Um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha portanto excluída a possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do “próprio”: os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros, cada um situado num lugar “próprio” e distinto que define. Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade (CERTEAU, 2003: 201).

Em relação ao conceito de espaço, Michel de Certeau o define como “um cruzamento de móveis” que, de certa forma, é

[...] animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. [...]. Diversamente do lugar, não tem portanto nem a univocidade nem a estabilidade de um “próprio”. Em suma, o espaço é um lugar praticado (CERTEAU, 2003: 202).

Novamente evocando o “cenário” de *Riacho Doce*, vejo *Edna* e *Ester* como ilustrações desse espírito tático; espírito de praticar o lugar, de querer, tentar e vivenciar outras possibilidades existenciais no espaço como lugar praticado. Todavia, suas investidas numa

espécie de contracultura, longe de alcançarem o êxito da aceitação e da legitimidade social, suscitaram mecanismos de sanção e resguardo do poder simbólico. Este poder reagiu no sentido de realçar as fronteiras de um território onde prevalece a lei do “próprio”: o “próprio” da *avó Elba*, do *pastor* protestante e da cultura do lugar onde *Edna* nasceu e cresceu.

A noção de tática desenvolvida por Michel de Certeau distancia-se do conceito de *habitus* teorizado por Pierre Bourdieu (1989: 59-73), exatamente porque a tática é uma atitude engenhosa do sujeito que se coloca como um praticante do lugar, enquanto o *habitus*, embora seja também uma força estruturante, representa, sobretudo, um senso prático das coisas, que se orienta pelas regras de um jogo social fortemente determinado pela eficácia do poder simbólico (BOURDIEU, 2003: 69-78). Assim, o indivíduo inserido em um “campo do poder” (BOURDIEU, 2004: 52), não mobiliza o *habitus* de maneira puramente tática (consciente), mas de forma tácita (“inconsciente”).

Sinalizada esta distinção pontual entre as idéias de Michel de Certeau e Pierre Bourdieu no que tange à reflexão ora em curso, ressalto, no entanto, a proximidade não intencional desses autores, quando se trata de pensar o lugar a partir das noções de estabilidade e fronteira, no caso em que um limite impõe-se com a força do que é tido como “próprio”. Neste sentido, Bourdieu discorre sobre a idéia de “região”:

A etimologia da palavra região (*regio*), [...] conduz ao princípio da di-*visão*, acto mágico, quer dizer, propriamente social, de diacrisis que introduz por decreto uma descontinuidade decisória da continuidade natural (não só entre as regiões do espaço mas também entre as idades, os sexos, etc.). [...]. A *regio* e as suas fronteiras (*finis*) não passam do vestígio apagado

do acto de autoridade que consiste em circunscrever a região, o território (que também se diz fines), em impor a definição legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras e do território, em suma, o princípio de divisão legítima do mundo social. [...] (BOURDIEU, 1989: 113-114).

O conceito de lugar antropológico, tal como é relativizado na proposição feita por Marc Augé, também se aproxima das idéias de espaço e de região ou campo, presentes, respectivamente, nas idéias de Michel de Certeau e Pierre Bourdieu, como afirmei anteriormente. Marc Augé entende lugar como uma invenção, fruto da ação dos sujeitos que nele se estabeleceram, fundando um sentimento de posse e, portanto, um senso de fronteira, do que é “próprio”. Nas palavras deste autor, um lugar é

[...] aquele que ocupam os [...] que nele vivem, nele trabalham, que o defendem, que marcam nele seus pontos fortes, que guardam suas fronteiras, mas nele detectam, também, os vestígios dos poderes ctonianos ou celestes, dos ancestrais ou dos espíritos que o povoam e que animam sua geografia íntima [...], como se não houvesse humanidade digna desse nome a não ser no próprio lugar do culto que lhes é consagrado. [...]. Esse lugar comum ao etnólogo e a seus indígenas é, num certo sentido (no sentido do latim *invenire*), uma invenção: ele foi descoberto por aqueles que o reivindicam como seu. [...] (AUGÉ, 2003: 43-44).

É interessante trazer agora para esta discussão, as idéias de Gilberto Velho acerca das noções de projeto e metamorfose que, fundamentadas no pensamento de Alfred Schutz (1979), aplicam-se à compreensão do “fenômeno da negociação da realidade”, no qual ocorrem “duas vertentes ou pontos de vista: o da

unidade e o da diferenciação” (VELHO, 2003: 21-22). Ao discorrer sobre essas noções, Gilberto Velho enfatiza que “a cultura, nos termos de Schutz, enquanto comunicação, não exclui as diferenças mas, pelo contrário, vive delas” (2003: 22).

É possível fazer aqui uma ponte entre essa abordagem empregada por Gilberto Velho e a noção de tática, conforme teorizada por Michel de Certeau, haja vista que, ao considerar a realidade social como um campo de possibilidades, a teoria de Schutz concebe a ação do sujeito como projeto, como ação intencional direcionada para determinados fins; no caso, ação como projeto direcionado para mobilizar um jogo de negociação da realidade, em face da tensão que se produz em meio a situações caracterizadas pela presença de sinais de metamorfose no ambiente da cultura de um grupo ou lugar (VELHO, 2003: 11-30; 31-48).

No que concerne à tensão entre os princípios de unidade e diferenciação que se manifesta em todas as culturas, a teoria da negociação da realidade pode ser ilustrada através do romance *Riacho Doce*, ainda no contexto sueco, onde, não obstante a estabilidade do sistema cultural resguardado pelas personagens *avó Elba* e o *pastor*, a pessoa de *Edna (Eduarda)*, embora acanhadamente, põe em questão a ordem social, a ponto de, em certo sentido, colocá-la em negociação, visando, em face da rigidez das regras vigentes à sua volta, conquistar o mínimo de liberdade para viver suas diferenças em relação à “mesmice” de sua gente.

Processos de negociação da realidade aparecem em diferentes cenas descritas em *Riacho Doce*, como demonstro a seguir, quando voltarei a desenrolar o resumo da trama do romance em foco. Antes disso, não posso perder de vista interessantes manifestações de mitos relacionados ao campo do poder que, identificadas na primeira parte da leitura de *Riacho Doce*,

contribuem para esta reflexão, no sentido de ilustrar idéias específicas do estudo feito por Raoul Girardet (1987). Em *Mitos e Mitologias Políticas*, o autor desenvolve a idéia de que o imaginário do poder e os mitos que se aplicam ao campo da política representam forças simbólicas discursivas e ideológicas, capazes de mobilizar desejos e práticas em defesa de uma determinada forma de organizar e manter o mundo protegido contra o que é temporal e perecível, sob a lógica de um poder que se instituiu a partir do sagrado, do eterno.

Compreendendo o mito como algo polimorfo, como realidade ambígua e movente, o autor realiza uma espécie de “síntaxe”, com o objetivo de mostrar que existe na estrutura mítica “uma certa forma de ordenação orgânica” (GIRARDET, 1987: 17), formando um sistema de sucessões e combinações de imagens. Assim, Girardet discorre sobre quatro conjuntos mitológicos identificados em relação à política da França nos séculos XVIII e XIX: a Conspiração, a Idade de Ouro, o Salvador, e a Unidade. Em todos esses conjuntos, o mito político apresenta três dimensões ou propriedades: é interpretação do real; exerce função explicativa e desdobra-se “em um papel de mobilização” de forças sociais (GIRARDET, 1987: 13).

Aplicando, na medida do possível, algumas contribuições desta abordagem à leitura de *Riacho Doce*, percebo, logo na primeira parte do livro, em diferentes situações, a ocorrência de uma espontânea e eficaz manifestação do mito da Unidade. Ora, a estabilidade da cultura em vigor no ambiente onde *Edna* nasceu torna-se tensiva não somente pela presença da professora *Ester*, mas também pelas ações de *Edna*, que não se sentia parte da suposta comunhão com os valores resguardados por sua *avó Elba*. Na verdade, o que esta personagem (*avó Elba*) reivindica como unidade

concretiza-se, de fato, numa ordem moral que a velha senhora sente estar ameaçada. Então, associada ao *pastor* protestante, mobiliza a família. O *pastor*, por sua vez, mobiliza a comunidade. A ameaça ao que parecia uno deveria ser removida. *Ester* foi expulsa da escola, foi embora do lugar. No entanto, *Edna* ficou e, com ela, a diferença em meio à “unidade”.

O mito da Conspiração ou do Complô também pode ser observado nessa primeira parte do romance, em relação ao personagem de *Carlos*, com quem *Edna* casará – a contragosto da *velha Elba*, por questões de princípios religiosos. Segundo Girardet (1987: 58-62), a busca por uma Igreja responde a uma necessidade de pertença grupal e, nesse sentido, produz a imagem do Complô, haja vista que um sistema religioso, quando contraposto a outro, põe em cena a velha batalha entre o Bem e o Mal; ocasião em que ambas as partes costumam reivindicar para si as insígnias do Bem. É o que ocorre, no caso do romance em foco, quando a personagem *avó Elba* opõe-se à união de *Edna* com *Carlos*:

Casara-se com Carlos, o filho mais velho dos católicos romanos. Um rapaz diferente de quase todos os outros da redondeza. [...]. Diziam que os pais de Carlos eram adoradores de bonecos. Que tinham parte com o diabo. E na escola excluíam-no dos brinquedos. Filho de hereges, de papistas, como a velha Elba dizia. [...] (REGO, 1990: 55).

Para *Edna*, que tanto fugia da “unidade” da cultura de seu lugar, morar em outras terras representava a realização de um sonho de infância, em que uma imagem era recorrente: sentia vontade de ver-se distante da voz rouca e autoritária de sua *avó Elba*; imagem que resumia toda a sua insatisfação. Mas o mito da Unidade – dentre outros – estará, com

aparência ainda mais forte, cotidianamente vivo no novo lugar de *Edna*, o *Riacho Doce*. E, é de pasmar-se, *Sinhá Aninha* – a avó de *Nô*, o nativo por quem *Edna* se apaixonará –, que, assim como a *velha Elba*, é a guardiã da moral de seu povo; é ela quem manda em assuntos de religião e, muito mais influente do que a *velha Elba*, traz em seu arcabouço de crenças e superstições o capital simbólico que a mantém como a autoridade mais temida de *Riacho Doce*.

Antes de chegar ao Brasil, *Edna*, ser angustiado e insatisfeito, espírito eternamente inquieto, já sentia a monotonia invadir sua vida com *Carlos*; já se esquivava de unir-se ao marido nos prazeres do sexo. A viagem representava, ao mesmo tempo, motivo de medo e esperança. Nos primeiros dias em *Riacho Doce*, *Edna* vive os encantos e espantos da descoberta do lugar. O sol e o verde do mar a conquistaram de imediato. Às noites, fascinada com o luar, *Edna* desce muitas vezes até a praia. E, mais inserida no contexto, já conversa com os pescadores, com o povo do lugar, com as rendeiras, com sua cozinheira, *Sinhá Benta*, um “anjo” seu. Mas *Sinhá Aninha*, que guarda os caminhos de *Nô*, não gosta de *Edna*:

A galega nova não fazia questão de besteira, não chorava miséria, e fazia gosto trabalhar para ela. A fama cresceu, e aos poucos as mulheres do Riacho Doce começaram a ver Edna de maiô sem susto. Só a velha Aninha permanecia com o seu ponto de vista. Aquela barata descascada era uma mandada do capeta. [...]. Na casa do seu filho, porém, todos gostavam da galega. A sua neta Francisca estava na almofada batendo bilro, fazendo renda para Edna. [...] (REGO, 1990: 94).

Quanto a *Carlos*, este mergulha de corpo e alma na tentativa, sempre malograda, de encontrar

petróleo. Aos domingos, no começo, aproveita as delícias do banho de sol e mar na companhia de “sua” *Edna*. Com o passar dos dias, o casal vai retornando ao distanciamento, embora sob o mesmo teto. *Carlos* sempre no trabalho e, à noite, bebendo uísque e ouvindo estações de rádio de sua terra, mal sintonizadas. *Edna*, cada vez mais distante do marido e próxima de algumas coisas do lugar; além das que pertencem à natureza, atenta aos costumes e às festividades do povo. Escuta, à noite, o canto que embala as danças e que, segundo a imaginação de Lins do Rego, alimenta-se das tristezas da gente que vive no *Riacho Doce*.

São as cantorias de *Nô*, as danças do coco, os ensaios de chegança com a presença central do neto da *velha Aninha* que irão atrair os desejos de *Edna*; desejos de fuga da monotonia vivenciada na solidão com seu marido. *Edna* se apaixona por *Nô* e este corresponde: os dois estarão envolvidos num escândalo através do qual se ilustram aqui diversos elementos do que, no início deste trabalho, denominei como “política do cotidiano”, referindo-me, por exemplo, às tramas do poder que se manifestam em face do adultério de *Edna*.

Antes de explorar as conseqüências do romance de *Nô* e *Edna*, é interessante apontar, ainda que brevemente, outra característica relacionada à noção de lugar – no caso, o lugar *Riacho Doce* –, concernente aos saberes reflexivos e práticos que orientam os sujeitos sociais num dado contexto histórico. Recorro aqui ao pensamento do antropólogo Clifford Geertz, em *O Saber Local*, onde o autor, dentre outros ensaios, discorre sobre o tema: “o senso comum como um sistema cultural” (2003: 111-141). Pelo que aqui se compreende, o senso comum não constitui uma forma irracional ou ingênua de pensar e agir:

Quando dizemos que alguém demonstrou ter bom senso, queremos expressar algo

mais que o simples fato de que essa pessoa tem olhos e ouvidos; o que estamos afirmando é que ela manteve seus olhos e ouvidos bem abertos e utilizou ambos – ou pelo menos tentou utilizá-los – com critério, inteligência, discernimento e reflexão prévia, e que esse alguém é capaz de lidar com os problemas cotidianos, de uma forma cotidiana, e com alguma eficácia. [...] (GEERTZ, 2003: 115).

Em várias passagens da tessitura de *Riacho Doce*, Lins do Rego demonstra sensibilidade quanto a esse saber local e reconhece seu valor como patrimônio cultural imprescindível no cotidiano de um lugar historicamente vivido. Os trechos abaixo ilustram esta afirmação:

Só lá para as bandas da praia continuavam os pescadores, as jangadas saindo de madrugada para as pescas de cavalas. As mulheres ali não ficavam pensando nos maridos distantes. Raros teriam morrido no mar. Eles sabiam resolver as coisas, os quatro paus da jangada não deixavam nunca ir ao fundo, nem que as sereias os levassem para o seu reino longínquo. Voltariam. [...]. O mar não comia os homens, não fazia viúvas. Era bom e manso. Quando estava raivoso, eles ficavam nas caiçaras esperando que a cólera do mar passasse. [...] (REGO, 1990: 75).

E foram para a praia com o hábito que tinham de ajudar as jangadas que vinham do alto. O nordeste soprava fraco. José Divina falava da lua, que não estava boa para pescadores de linha. Juca Nunes saíra para o alto por sair. Lua de círculo pequeno não dava peixe nem escama (REGO, 1990: 148).

Estas citações concernem também ao conceito

de razão simbólica (SAHLINS, 2003) e, aqui, vinculam a abordagem em curso a um dos fatos centrais que ocorrem na trama de *Riacho Doce*: a questão socioambiental que se configura em torno da tentativa de exploração de petróleo em território local, numa região onde a relação homem-natureza é a base direta de reprodução da vida material, de satisfação, ainda que de forma precária, das necessidades básicas das famílias. Após a implantação malograda de uma fábrica nas proximidades do lugar, ocorre agora essa outra “invasão” do estranho, maltratando a terra em suas entranhas.

O sentimento de pertença e o senso de fronteira falarão alto no ambiente de *Riacho Doce*. A população está entre assustada e encantada com a promessa do “progresso” que poderá chegar com o petróleo. O praguejar de *Sinhá Aninha* não tardará em fazer um alerta contra aquilo. Sua retórica evoca não somente o senso de fronteira, que por sua vez relaciona-se ao mito da Unidade (GIRARDET, 1987: 12). Evoca também o mito da Conspiração ou do Complô, ao atribuir ao processo de exploração de petróleo o signo de obra do diabo:

Havia alguma coisa mesmo por ali. A velha Aninha botava para o diabo. Coisa do diabo. Mexer nas profundezas da terra, furar, passar das águas, atravessar as pedras, furar, só podia ser encomenda do demônio. Era outra vez a tentação que chegava para eles. Quando lhe apareciam com notícias, com fatos novos, ela desprezava tudo: “você estão procurando a desgraça. A fábrica também foi assim”. [...] (REGO, 1990: 82).

Outro acontecimento que marca a trama de *Riacho Doce*, já mencionado, é o relacionamento de *Edna com Nô*, o que despertará a fúria e o praguejar violento da *velha Aninha*, numa luta verbal de

intensidade enervante e efeitos prolongados, de substancial eficácia simbólica. Trata-se de um ponto alto do romance, em que se configuram imagens a partir das quais se pode ilustrar a idéia de “negociação da realidade” social (VELHO, 2003: 31-48), bem como evocar os já citados mitos da Unidade e Conspiração e, ainda, o da Salvação, em virtude da ocorrência de características específicas do “arquetipo do profeta” (GIRARDET, 1987: 78) na personagem de *Sinhá Aninha*.

A avó de *Nô*, *Sinhá Aninha*, tem um jeito de agir semelhante ao da avó de *Edna*, porém, seu poder é superior ao da *velha Elba*. A semelhança é tanta, que, assim como os pais de *Edna*, os pais de *Nô* também se conservam submissos e covardes em face dos mandos da velha benzedeira. Ainda menino, *Nô* tivera seu corpo fechado pelas rezas da avó, para que não sofresse os perigos da morte por faca ou tiro, mas também para que se livrasse do amor das mulheres, quando tal sentimento ameaçasse dominar-lhe o coração.

Assim, com o bentinho que *Mãe Aninha* lhe pusera ao pescoço e que deveria manter consigo para sempre, *Nô* deixou muitas mulheres sofrendo por sua causa. E agora chegava a *galega (Edna)*, tirando *Nô* do destino que lhe fora traçado. O *Nô*, que pertencendo ao *Riacho Doce*, era também do mundo, das viagens em embarcações. *Sinhá Aninha* o queria assim: o *Nô* que era forte, que não se rendia aos sentimentos nem parecia tê-los e, diferenciando-se dos outros, conhecia as estranhas. A paixão de *Nô* por *Edna* não podia ser tolerada pela *velha Aninha*, o principal agente do poder simbólico no lugar:

A velha Aninha benzia a morrinha do corpo. Bem velha era, mãe e avó de praiheiros robustos. Sempre tivera força de fora, de cima, para as manobras com os outros. De sua casa de palha saíam as orações, os seus

benditos para a gente de perto e de longe. Ela sabia quando a lua vinha forte, quando as marés cresciam, quando a chuva tirava os peixes do mar. Velha sábia, de poderes estranhos, de coração duro. Era forte na dor, na desgraça, na alegria. Via defunto, fechava os olhos dos moribundos, cantava as orações dos mortos, benzia meninos, curava as frieiras dos bichos, fazia as cobras correrem para o mato. E nunca ninguém vira a velha Aninha com lágrimas nos olhos (REGO, 1990: 75).

Uma das passagens mais interessantes do romance é o descarrego verbal que *Sinhá Aninha* direciona sobre *Edna*, *Dr. Silva* (parceiro de trabalho de *Carlos*, o marido traído) e *Nô*, quando não mais se permite tolerar a infração moral protagonizada pela *galega* e seu neto. Os trechos a seguir são bastante ilustrativos nesse sentido e revelam, também, que apesar do esforço de *Sinhá Aninha* para conservar a “estabilidade” cultural entre o povo de *Riacho Doce*, o real, sob a presença do estranho, configurou-se ali como um campo de possibilidades, donde se lançou mão de argumentos direcionados de forma rude em diferentes tentativas de negociação da realidade:

E fora *Edna*, uma mulher branca, que botara tudo a perder. Fora ela que arrastara o rapaz da estrada boa para onde ia, fazendo papel de demônio, de anjo mau, de desgraça. Calara-se. Fechara o coração ao sofrimento, trancara a boca, entupira os ouvidos. Mas não podia agüentar mais. As orações não davam certo. Oração não tinha mais força. E vinha falar com ela, vinha pedir-lhe que deixasse o menino, que se pegasse com um branco da laia dela. [...]. Disse que pensara em procurar o *Dr. Silva* para falar daquilo. O doutor estava na obrigação de acabar com aquele coito do diabo (REGO, 1990: 149-150).

Cale-se, o quê?! O senhor é outro desgraçado. Vem para a terra da gente e ainda traz aqui umas pestes. E essa mulher, em vez de cuidar do marido, anda esfregando o rabo pela praia como uma cachorra no cio. [...]. Mande a sua laia se calar. Mas fique certo de que os poderes de Deus vingam a gente. O cancro há de comer a língua dessa danada... [...]. Deus do céu vai dar a cada um o seu quinhão de miséria. Tu, doutor, tu vais ficar de pedir esmola, de cuia, tu ficas nas tiras, nos molambos... (REGO, 1990: 151).

‘Deus do céu te dará o pago. Todo o teu corpo vai virar em pedacinho, todo o teu corpo vai ser varado de bala. A bexiga vai cortar o teu couro’. [...]. Aquilo caiu na casa como um raio. O pai e a mãe de Nô correram para a velha com cara de pânico. [...]. ‘É o que estou dizendo. Esse menino veio para aqui a mandado do cão. Do inferno ele trouxe um mandado contra nós todos. Eu sei das coisas’ (REGO, 1990: 154).

A questão de gênero, especificamente a do adultério, apesar das sanções contundentemente sofridas por *Nô* e *Edna*, resolveu-se em *Riacho Doce* de forma relativamente pacífica, haja vista que não incidiu violência física – exceto na intimidade entre *Edna* e *Carlos*, e sem graves conseqüências – no processo de punição dos transgressores da ordem. E o real configurou-se como um campo de possibilidades negociáveis dentro de certos limites. Limites que se manifestam como bem mais rígidos em outras ficções ilustrativas da dominação masculina, como o demonstram os romances: *Gabriela, Cravo e Canela* (1958), de Jorge Amado<sup>9</sup> e *Memorial de Maria Moura* (1992), da cearense Rachel de Queiroz<sup>10</sup>. Em ambos os romances ilustram-se situações em que o adultério é punido brutalmente, porém sob uma legitimidade

sociocultural reconhecida pela média das consciências, pois o reparo à honra masculina e familiar ferida “explicaria” a ocorrência do ato criminoso, sem enquadrá-lo no plano da anormalidade.

Concluo aqui esta seção compreendendo que em *Riacho Doce* José Lins do Rego construiu uma narrativa de incontestável beleza e sabedoria, ao descrever e interpretar traços marcantes da cultura brasileira que, ao longo da história, são apropriados pelas gerações que se sucedem no tempo. A dimensão cultural do poder é um desses traços, tão bem ilustrado no romance em foco através das relações de autoridade, obediência e transgressão que, na trama aqui interpretada, configuram a manifestação de uma “política do cotidiano”, exercida sob a força e eficácia do poder simbólico, tão cara à ordem de um lugar instituído como social.

### Considerações finais

Retomando a hipótese anunciada na introdução deste artigo, reafirmo que o enredo de *Riacho Doce* ilustra o pensar sobre a tensão dialética que se constitui como uma característica da cultura; característica que parece ser universal. Embora se trate de uma obra de ficção, ao ler *Riacho Doce* observo que, mesmo numa sociedade de pequena escala, a cultura local apresenta uma estabilidade relativa. As personagens *Ester*, *Edna*, *avó Elba*, *Sinhá Aninha*, *Carlos* e *Nô* ilustram essa tensão que “alerta” os mecanismos coercitivos da cultura. A coerção faz-se não somente sobre o “outro”, o “distante”, mas também e, principalmente, sobre o “próximo”, o “de dentro”; isto significa dizer que os processos de subjetivação de valores morais não estão condicionados a uma identificação restrita com o que é “próximo”, com o que está “protegido” por “fronteiras”. E é por isso que o “distante”,



em inúmeras situações reais, é tão desejado por uns e repellido por outros.

Em relação ao que aqui denominei “política do cotidiano”, gostaria de ressaltar que empreguei tais termos com o intuito de distinguir um campo de exercício do poder que se constitui nas micro-relações sociais (FOUCAULT, 1989), como produto e reprodução de um campo cultural (BOURDIEU, 1989), do tipo de política que se exerce através de estruturas formais e centralizadas; embora esse tipo também esteja relacionado a diversas categorias do campo da cultura.

Assim, a leitura de *Riacho Doce* e a elaboração deste artigo representaram para mim uma oportunidade para pensar a relação existente entre as categorias cultura e política. No caso do romance em foco, o campo do poder e a “política do cotidiano” que nele se manifestam ilustram também o repensar sobre teses racionalistas da ciência política, que centram suas análises nas estruturas oficiais da política, muitas vezes insensíveis à existência de importantes redes de relações de poder e dominação que ficam despercebidas ou rotuladas sob o signo do irracional.

Em outra direção, considero também importante ressaltar que a discussão sobre o conceito de lugar não se esgota nos autores referenciados neste trabalho, apesar da consistência de suas idéias e argumentos. Há que se pensar, por exemplo, no fenômeno da mundialização e seus rebatimentos sobre noções e práticas de apropriação do lugar.<sup>11</sup> Neste sentido, a leitura de *Riacho Doce* inspira, por um lado, uma discussão de notória atualidade para o contexto do estado do Ceará no que concerne, por exemplo, à problemática socioambiental que se intensifica desde a década de 1990. Em poucas palavras, sugiro pensar no drama real das diversas famílias de pescadores que foram arrebatadas de suas pequenas propriedades na

região litorânea onde hoje se encontra o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, construído com recursos emprestados, em grande parte, pelo capital internacional (RIGOTTO, 2001).<sup>12</sup>

Sugiro pensar também sobre o denominado Complexo Castanhão, uma represa cuja construção fez-se à custa do desterrar de populações situadas em áreas de diferentes municípios do sertão jaguaribano, num processo que incluiu a demolição de uma cidade inteira, Jaguaribara, e sua “reconstrução” em outro lugar. Com a ação política organizada, os sujeitos atingidos por esse impacto de caráter socioambiental lutaram e resistiram, mas não puderam impedir que o projeto fosse executado. Imagens que ficaram registradas em documentação visual<sup>13</sup> revelam que, em muitos momentos, as crenças religiosas – um dos fundamentos da memória do povo do lugar – foram evocadas na tentativa de expurgar os malefícios dos interesses economicistas, como o fez, em sua espontaneidade e aspereza, a personagem de *Sinhá Aninha*, em *Riacho Doce*.

Os casos de impactos que a globalização da economia tem produzido sobre comunidades locais são incontáveis. É importante notar a onda de investimentos que empresários portugueses estão fazendo na exploração turística do litoral cearense, onde vivem diversas comunidades pesqueiras. Vale mencionar aqui a experiência vivenciada no município de Icapuí – CE, na localidade de Redonda, nos primeiros anos da década de 2000, quando os moradores organizados impediram a construção de um hotel cujo empreendimento era de proprietários portugueses e seria edificado na região de Ponta Grossa, onde resultaria um profundo impacto socioambiental. Contudo, o empreendimento foi construído na localidade de Tremembé, também pertencente a Icapuí (MELO NETO SEGUNDO; PAULINO, 2003).<sup>14</sup>

Por outro lado, embora a leitura de *Riacho Doce* se aplique a uma temporalidade em que os processos de globalização ainda não eram tão intensos e rápidos (contexto do Brasil nas décadas iniciais do século XX), o romance compõe imagens de um campo local da cultura em face da presença de sujeitos oriundos de outros sistemas culturais. No contexto do romance aqui focalizado, a tensão da ordem moral imaginada pelo autor não produziu rupturas que apontassem a possibilidade de incidirem-se descontinuidades substanciais no horizonte da cultura local. A punição simbólica e material que recaiu sobre *Nô* e *Edna* tornou triunfante o poder da tradição, não obstante o abalo sofrido na ordem das coisas.

Quanto ao ambiente das coisas reais, hodiernas, concluo agora este artigo enfatizando a importância de pensar sobre as complexas relações que tecem a dinâmica entre o local e o global no cenário contemporâneo. E assim, ficam aqui duas perguntas para reflexão: a mundialização representa uma força capaz de negar ou afirmar as culturas locais? Em que sentidos essas duas situações podem se configurar?

### Notas

- 1 O conceito de “região” é também importante no contexto das discussões desenvolvidas neste artigo (BOURDIEU, 1989: 107-132).
- 2 Ver SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e Relações Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- 3 Entre o Realismo e o que se convencionou chamar de “Pré-Modernismo”, situa-se o Simbolismo como movimento de produções voltadas para um sentimento de totalidade e transcendência, fundamentado em valores metafísicos de influência européia, tais como o Bem, o Belo, o Verdadeiro, o Sagrado etc. (BOSI, 1998: 261-300).
- 4 Referenciar a literatura brasileira como campo de produção de interpretações sobre a realidade sociocultural do País torna imprescindível mencionar também a importância da poesia popular e da literatura de cordel como meios de apreensão estética do real no Brasil.
- 5 Ver BOAS, Franz. *Antropologia Cultural*. Organização e tradução de Celso Castro. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- 6 Sobre a configuração econômica do Brasil à época, ver IANNI, Otávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- 7 Trecho de estudo crítico datado de 12/11/1939, publicado no vol. XX das Obras Completas de ANDRADE, Mário de. *O Empalhador de passarinho*. 2ª ed. São Paulo: Martins, 1955, Pp. 137-141.
- 8 Embora possa parecer, em nenhum momento Lins do Rego insinua explicitamente a existência de um romance entre *Ester* e *Eduarda* (*Edna*). O que fica explícito mesmo, ainda que possa ter havido um desejo inconsciente de *Edna* por sua mestra, é o apego da jovem senhorita ao afeto e ao mundo diferente do seu que a professora lhe proporcionava. Não se tratava também de uma relação utilitária e oportunista da parte de *Edna*, mas de um carinho sincero que ela dava e recebia e que era escasso ou quase inexistente no ambiente de sua casa.
- 9 Ver AMADO, Jorge. *Gabriela, Cravo e Canela*. Rio de Janeiro: Record, 1988.
- 10 Ver QUEIROZ, Rachel de. *Memorial de Maria Moura*. São Paulo: Siciliano, 2000.
- 11 Ver: 1) CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 1998. 2) ORTIZ, Renato. *Um outro território: ensaios sobre a mundialização*. São Paulo: Olho D'água, 1996. 3) SANTOS, Milton. *Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos*. 1ª ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- 12 No contexto atual, esta problemática agrava-se ainda mais. Finalizando o último período de convocação extraordinária, no dia 20/01/2011, a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará aprovou, sem realizar um diálogo aberto com a sociedade, o Projeto de Lei 7.230/B-11, do Executivo Estadual, que dispõe sobre casos de dispensa de licenciamento ambiental, configurando um formato que amplia e concentra poderes de decisão nas mãos do Executivo, favorecendo com celeridade a aprovação de mega-projetos desenvolvimentistas e impactantes, alguns deles relacionados à área do Complexo Industrial e Portuário do Pecém.
- 13 Há um amplo material sobre o movimento de luta contra o projeto Castanhão, documentado pelo Instituto da Memória do Povo Cearense – IMOPEC.
- 14 Evocando aqui as imagens do fictício *Riacho Doce*, lembro também que em Icapuí os riscos socioambientais decorrentes da exploração do petróleo fazem parte da realidade do lugar, onde a companhia Petróleo Brasileiro S/A (Petrobrás) executa atividades de extração da referida substância mineral.

**Referências bibliográficas**

- AMADO, Jorge (1988). *Gabriela, Cravo e Canela*. Rio de Janeiro: Record.
- ANDRADE, Mário de (1955). *O Empalhador de Passarinho*. 2ª ed. São Paulo: Martins.
- AUGÉ, Marc (2003). *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. 3ª ed. Campinas, SP: Papirus.
- BOAS, Franz (2004). *Antropologia Cultural* (org. Celso Castro). Rio de Janeiro: Zahar.
- BOSI, Alfredo (1998). *História concisa da literatura brasileira*. 46ª ed. São Paulo: Cultrix.
- BOURDIEU, Pierre (1989). *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BOURDIEU, Pierre (2003). *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- BOURDIEU, Pierre (2004). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 5ª ed. São Paulo: Papirus.
- CANCLINI, Nestor Garcia (1998). *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP.
- CERTEAU, Michel de (2003). *A Invenção do cotidiano*. Artes de Fazer. 9ª ed. Petrópolis: Vozes.
- DURKHEIM, Émile (1987). *As Regras do método sociológico*. São Paulo: Ed. Nacional.
- \_\_\_\_\_ (1995). *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes.
- FARACO, C. E. & MOURA, F. M. de (1987). *Língua e literatura*. 9ª ed. São Paulo: Ática.
- FOUCAULT, Michel (1996). *Microfísica do poder*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- FREYRE, Gilberto (2001). *Casa-grande e senzala*. 43ª ed. São Paulo: Record.
- GEERTZ, Clifford (1989). *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- GEERTZ, Clifford (2003). *O Saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- GIRARDET, Raoul (1987). *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GOLDMANN, Lucien (1968). *Sociologia do romance*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- IANNI, Otávio (1971). *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim de & PAULINO, Antonio George Lopes (2003). *Cidadania participativa: um espaço em construção*. Políticas sociais de combate à pobreza em Icapuí (Ceará, Brasil). [Relatório de Pesquisa]. Fortaleza: Ágora XXI; Programa de Gestão Urbana (América Latina e Caribe) – PGU/ALC. <[http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/urbal/pt/midia/publicacoes/Icapui\\_Brasil.pdf](http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/urbal/pt/midia/publicacoes/Icapui_Brasil.pdf)>. Acesso em 12/02/11.
- ORTIZ, Renato (1994). *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense.
- ORTIZ, Renato (1996). *Um outro território: ensaios sobre a mundialização*. São Paulo: Olho D'água.
- QUEIROZ, Rachel de (2000). *Memorial de Maria Moura*. São Paulo: Siciliano.
- REGO, José Lins do (1990). *Riacho Doce*. 9ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio.
- RIGOTTO, Raquel M. (org.). (2001). *As Tramas da (In)Sustentabilidade: trabalho, meio ambiente e saúde no Ceará*. Fortaleza: INESP.
- SAHLINS, Marshall (2003). *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- SANTOS, Milton (2000). *Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos*. 1ª ed. São Paulo: Perseu Abramo.
- SCHUTZ, Alfred (1979). *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar.
- VELHO, Gilberto (2003). *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar.

(Recebido para publicação em janeiro de 2011. Aceito em abril/11).